Jornal da CNTC

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO – CNTC

www.cntc.org.br | Ano 7 • Edição 72 • Fevereiro 2017 | Distribuição gratuita

Especialistas debatem em Seminário na CNTC os impactos da Reforma da Previdência na vida do trabalhador

PÁGINA 3 A 6

NOTÍCIAS

Manifesto da CNTC contra o projeto da Reforma Trabalhista PL 6787/2016

PÁGINA 10

NOTÍCIAS

CNTC se reúne com relator da Reforma Trabalhista

PÁGINA 9

EXPEDIENTE

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL
REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: AV W5 - SGAS 902, Bloco C, Brasília - DF - CEP 70390-020 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • **JORNALISTAS:** Marina Gomes Barbosa e Raul Lênnon• **IMPRESSÃO:** Ideal Gráfica • **EDITORAÇÃO:** Antonio Neto • **TIRAGEM:** 10 mil exemplares • **E-MAIL:** imprensa@cntc.org.br • **FOTOGRAFIAS:** Raul Lênnon • **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Marina Gomes Barbosa – RP: 0009584/DF.

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C
CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100
Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br –
E-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

Presidente: Levi Fernandes Pinto • *1° Vice-Presidente*: Vicente da Silva • *2° Vice-Presidente:* Luiz Carlos Motta • *Diretor Secretário Geral:* Lourival Figueiredo Melo • *Diretor 1º Secretário:* Idelmar de Mota Lima • *Diretor Tesoureiro Geral:* Saulo Silva • *Diretor 1° Tesoureiro:* Edson Geraldo Garcia • *Diretor de Assuntos Legislativos:* José Francisco de Jesus Pantoja Pereira • *Diretor de Relações Internacionais:* Luiz de Souza Arraes • *Diretor de Formação Sindical:* Ronaldo Nascimento • *Diretor de Assuntos Jurídicos:* Valmir de Almeida Lima • *Diretor de Previdência e Seguridade Social*: Ageu Cavalcante Lemos • *Diretor de Políticas Sociais, Cidadania e Direitos Humanos:* Ronildo Torres Almeida • *Diretora de Políticas para as Mulheres:* Maria Bernadete Lira Lieuthier • *Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho:* Armando Henrique • *Diretor de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude:* Márcio Luiz Fatel • *Diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho:* Guiomar Vidor • *Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:* José Ribamar Rodrigues Filho • *Diretor de Imprensa e Comunicação Social:* Edson Ribeiro Pinto • *Diretor de Políticas de Qualificação Profissional:* Carlos Dionísio de Morais • *Diretor de Políticas de Econômicas:* José Martins dos Santos.

DIRETORIA | SUPLENTES | Francisco Soares de Souza • José Alves Paixão • Eduardo Genner de Sousa Amorim • Francisca das Chagas Soares da Silva • Luiz Fernando Nunes • Antônio Caetano de Souza Filho • Raimundo Miquilino da Cunha • Helena Ribeiro da Silva • Silvana Maria da Silva • Maria Normélia Alves Nogueira • Maria Euridéia Mendes • Leocides Fornazza • Antônio Marco dos Santos • Edson Ramos • Luiz José Gila da Silva • Valmir Andrade da Silva • Dorival Pereira Bambil • Roberto Galo Ferreira • José Carlos Pavão Diniz • Eusébio Luis Pinto Neto • Valdemar Manrich

CONSELHO FISCAL | EFETIVOS | José Lucas da Silva • Marcos de Holanda Moura

CONSELHO FISCAL | SUPLENTES | Raimundo Firmino dos Santos • Elizeu Ferrato Cavalcante • Roosevelt Torres Almeida

CNTC Somos todos nós — CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

PALAVRA DO PRESIDENTE

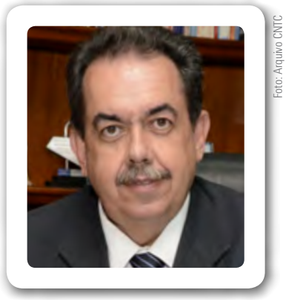

Foto: Arquivo CNTC

Comerciários e comerciárias de todo o Brasil,

Diante da ofensiva do governo federal em aprovar rapidamente as Reformas Previdenciária e Trabalhista, temos trabalhado arduamente na busca de uma mobilização nacional contra os retrocessos propostos pelas medidas. Somente com a pressão popular conseguiremos impedir que os trabalhadores percam mais uma vez.

Realizamos em fevereiro o Seminário Nacional sobre a Reforma Previdenciária, onde trouxemos para a CNTC especialistas e cerca de 200 dirigentes sindicais de todo o país com o objetivo de discutir os impactos da proposta. O evento contou ainda com a participação do companheiro senador Paulo Paim. Discutimos, entendemos mais profundamente o projeto e percebemos a importância de intensificarmos nossa luta.

O trabalhador perderá muito com a aprovação da proposta, por isso precisamos do apoio da população e dos representantes sindicais de todo o país. Precisamos mostrar para os parlamentares dos nossos estados que não aceitaremos tamanho retrocesso.

Em março realizaremos em dois dias o Seminário Nacional sobre a Reforma Trabalhista. Tal proposta de reforma atende somente aos interesses do patronato, que mais uma vez se aproveitará dos incentivos governamentais para elevar a margem de lucro, sem que haja a prestação de contrapartidas quanto à contratação de mão-de-obra ou investimento em qualificação profissional.

Como se sabe, no mundo do trabalho a correlação de forças é uma tensão distribuída de maneira desigual, tendo em vista que o empregador, por ser o detentor do capital, tem poder para coagir seus empregados, no sentido de fazer valer sua vontade como administrador e superior hierárquico. É justamente por isso que o trabalhador possui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que nada mais é do que a reunião de garantias mínimas para segurança jurídica e proteção do empregado.

Atuaremos incansavelmente contra a aprovação da proposta, que trará perdas irreparáveis aos trabalhadores de todo o país.

A ofensiva do setor patronal que conta com o apoio do governo federal contra os direitos dos trabalhadores é muito forte, mas nós também somos.

Nessa edição do Jornal da CNTC publicamos também nosso manifesto contra a Reforma Trabalhista e a nota de repúdio da CNTC contra a aprovação do PL. 4302/1998, que amplia o tempo de contrato temporário e permite a terceirização plena. Um verdadeiro retrocesso aos direitos dos trabalhadores.

Por isso, voltamos a convocar a todos para uma grande mobilização nacional contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária. Somente com união e ações concretas junto aos parlamentares em seus estados conseguiremos impedir que essas propostas sejam aprovadas.

Trabalhador não é mercadoria! Basta de precarização!

Levi Fernandes Pinto
Presidente

CAPA

Especialistas debatem em Seminário na CNTC os impactos da Reforma da Previdência na vida do trabalhador

> "As aposentadorias especiais praticamente desaparecem e todos terão que ter no mínimo 65 anos de idade. E ainda vem aquela frase: se o IBGE disser que a expectativa de vida aumentou, aumenta também a idade" - Senador Paulo Paim

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) realizou, no dia 21 de fevereiro o Seminário Nacional sobre a Reforma Previdenciária: Nenhum direito a menos. O evento reuniu especialistas e cerca de 200 dirigentes sindicais de todo o país com o objetivo de discutir: o desafio de se aposentar com a PEC 287; a Previdência brasileira hoje e a experiência internacional em defesa dos trabalhadores do setor de comércio e serviços.

O projeto de Reforma da Previdência Social encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional, em dezembro de 2016, recebeu duras críticas no encontro.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) no Senado Federal, o senador Paulo Paim (PT-RS), disse que a proposta do governo Temer praticamente acaba com as aposentadorias especiais e que a idade mínima de 65 anos para aposentadoria prejudicará quem começa a trabalhar mais cedo.

"As aposentadorias especiais praticamente desaparecem e todos terão que ter no mínimo 65 anos de idade. E ainda vem aquela frase: se o IBGE disser que a expectativa de vida aumentou, aumenta também a idade", explicou o senador, que defende a criação de uma CPI da Previdência Social.

O senador está coletando assinaturas para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. O objetivo é fazer um levantamento detalhado de toda contabilidade do Sistema de Seguridade Social para verificar se são verdadeiras as informações prestadas pelo governo de que a Previdência Social é deficitária.

O senador sustenta que o Orçamento da Seguridade Social é superavitário. Ele desafia o governo a aceitar a realização de uma CPI para investigar com profundidade as contas da Previdência Social e pergunta: "Quem tem medo de CPI? Eu não tenho. Só queremos transparência absoluta", defende o senador.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Levi Fernandes Pinto, a proposta em tramitação na comissão da Reforma da Previdência – com previsão da gestão Temer para aprovar até julho – desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida.

"O Brasil clama por desenvolvimento e por emprego. Mas querem colocar a culpa da crise e do desemprego nos direitos trabalhistas e previdenciários. O trabalhador, sempre o lado fraco da balança, mais uma vez será penalizado. Injustificadamente nenhuma contrapartida é proposta ao empregador, tampouco foram sugeridas mudanças nos mecanismos de remanejamento orçamentário, como é o caso da DRU, que atualmente permite a retirada de 30% dos recursos da seguridade social. O que o governo quer é que o suposto rombo previdenciário seja custeado totalmente às expensas dos direitos dos trabalhadores. Com a desculpa de modernização da CLT eles querem aprovar o que sempre defendeu o setor patronal: a precarização dos direitos trabalhistas e previdenciários", afirmou o presidente da CNTC.

A Proposta de Emenda à Constituição 287 propõe, entre outras medidas, o estabelecimento de uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres para a aposentadoria, a inclusão dos trabalhadores rurais no Regime Geral de Previdência Social e o fim da aposentadoria por tempo de contribuição.

O QUE DISSERAM OS PALESTRANTES:

SENADOR PAULO PAIM

"As aposentadorias especiais praticamente desaparecem com a proposta e todos terão que ter no mínimo 65 anos de idade. Uma reforma Previdenciária não pode ser feita dessa forma, sem debate e sem uma total transparência da real situação da Previdência. Por isso proponho a realização de uma CPI da Previdência. O sistema, já sabemos é superavitário. Quem tem medo de CPI? Eu não tenho. Só queremos transparência absoluta".

MAURO HAUSCHILD - Especialista em direito constitucional e ex-presidente do INSS

"O grande número de trabalhadores que dependem da Previdência Social é um reflexo da falta de investimentos do governo federal em políticas públicas de qualidade, assim como a falta de fiscalização contra acidentes de trabalho. Quando o estado não cumpre corretamente com suas obrigações, o resultado é um aumento de trabalhadores que dependerão da Previdência. Além disso, temos uma importante questão: o governo precisa investir em mecanismos mais eficientes contra fraudes e desvios do sistema. Pagamentos de benefícios irregulares e empresas que devem milhões em tributos acontecem há décadas e até hoje não temos um sistema seguro".

FLÁVIA BIROLI - Professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

"A equiparação da idade de homens e mulheres para a aposentadoria acentua as desigualdades já existentes em nosso país. A proposta se distancia da realidade enfrentada pela mulher no mercado e também na terceira idade. Mulheres ganham 70% do que os homens e têm menos acesso a cargos de chefia. O sexismo nas relações de trabalho é uma realidade latente em nosso país. Deixar essas questões de lado faz com que essas desigualdades cresçam ainda mais com o passar dos anos".

THEODORO VICENTE AGOSTINHO - Conselheiro do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Realmente o sistema previdenciário do Brasil não é deficitário, o que temos é uma campanha publicitária tentando levar a população ao erro. Temos uma grande preocupação em relação ao período de contribuição de 49 anos para que o brasileiro e a brasileira tenham 100% do seu benefício, em contrapartida nós sabemos que a empregabilidade não caminhará ao lado desta proposta do governo.

WAGNER BALERA - Livre-docente em direito previdenciário e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

"Não há déficit na Previdência, propostas como o aumento da idade para o recebimento dos benefícios assistenciais e o uso da Desvinculação de Receitas da União (DRU) são absurdas. O projeto se desloca do cenário social e se volta à questão financeira. A Previdência está quebrada? Isso é falso porque a Previdência hoje em dia faz parte de um sistema que se chama Seguridade Social. Ela é um componente de um todo. Foi assim que a Constituição ordenou. A Seguridade Social tem apresentado superávits desde o início. O sistema começou em 1988; a partir do ano 1990, começou a arrecadação das novas contribuições. Isso foi sendo ampliado na medida em que as novas contribuições foram sendo implementadas aos poucos, e sempre sobrou dinheiro, nunca faltou, sempre sai uma sobra. E também em virtude dessa sobra, o que o Estado brasileiro resolveu fazer? Desviar dinheiro da Seguridade Social para outras finalidades. Então como é que você pode dizer que uma coisa está quebrada se você está desviando uma parte dos recursos para outras áreas que não são Saúde, Previdência Social e Assistência Social? É o que se faz desde 1994".

VILSON ANTONIO ROMERO - Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)

"Os governantes sabem do superávit das contas da Previdência, mas insistem em usar o discurso do déficit para promover sucessivas mudanças, sempre de olho em ampliar e desviar o caixa, nunca em benefício dos trabalhadores. Nós divulgamos anualmente a publicação Análise da Seguridade Social e os superávits são sucessivos: saldo positivo de R$ 59,9 bilhões em 2006; R$ 72,6 bilhões em 2007; R$ 64,3 bi em 2008; R$ 32,7 bi em 2009; R$ 53,8 bi em 2010; R$ 75,7 bi em 2011; R$ 82,7 bi em 2012; R$ 76,2 bi em 2013; R$ 53,9 bi em 2014. Em 2015 não foi diferente. O investimento nos programas da Seguridade Social, incluídos aposentadorias urbanas e rurais, benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde, entre outros, foi de R$ 631,1 bilhões, enquanto as receitas da Seguridade foram de R$ 707,1 bi. O resultado, mais uma vez positivo, foi de R$ 24 bilhões, nada de déficit. Todos os números divulgados pela ANFIP são levantados com base em dados do próprio governo".

EMERSON COSTA LEMES - Contador e Consultor Trabalhista e Previdenciarista

É importante que as pessoas se atentem não somente ao que está sendo proposto, mas principalmente o que fazer para que isto tudo não seja aprovado. Fique atento para cada vez que aparecer uma notícia sobre a importância da Reforma da Previdência, sempre aparecerá no próximo intervalo comercial uma propaganda sobre fundos de investimentos privados. O governo pretende colocar a nossa previdência privada nas mãos dos bancos. O resultado será: a diminuição do acesso aos benefícios da previdência social e o lucro ficará com os bancos.

DIEGO MONTEIRO CHERULLI - Advogado, professor, consultor, palestrante, conferencista e assessor jurídico

É importante que você cidadão observe o que está acontecendo no nosso país. Não é necessária uma propaganda mentirosa, manipuladora, que te induza e te convença que é importante uma Reforma da Previdência. Não, não é necessária. Os comparativos internacionais, principalmente os utilizados pelo governo, só são tendentes ao que eles defendem. Na verdade, os comparativos internacionais nos mostram uma realidade completamente diferente. Nós precisamos prestar atenção nisso, não acredite em tudo o que o governo tenta te manipular. Ouça que a nossa Previdência é segura, é superavitária e que necessita do seu apoio para que ela continue assim, para que a gente não entregue mais um pouco do nosso dinheiro para o pagamento da dívida pública.

THAÍS M. RIEDEL DE REZENDE ZUBA - Advogada, Cientista Política, Professora e Conferencista

A proposta de Reforma da Previdência se baseia em um déficit e em uma alteração demográfica da população, já que as pessoas estão vivendo mais e tendo menos filhos. Em um raciocínio óbvio, isso nos mostraria a necessidade de uma Reforma. Entretanto, vários especialistas mostram que não há um déficit nas contas, na verdade existe um superávit quando a gente analisa que a Previdência Social está inserida num Sistema de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e com a Assistência. Isso existe para proteger a população dos riscos sociais. Por um lado, há a controvérsia do déficit, que traria a urgência para a aprovação rápida de uma Reforma e também a questão da pirâmide demográfica. O Brasil ainda possui uma pirâmide que não está invertida. O que daria também tempo para a gente conseguir fazer Reformas com transição, criando algo com segurança jurídica".

JOSÉ AUGUSTO P. DA CUNHA LYRA - Advogado e Professor

Há mais de dez anos, sem exceção, todo governo é um criminoso previdenciário. Todo governo faz o que quer com cerca de 30% do dinheiro da Previdência Social. Usa o INSS da forma mais esdruxula e espúria. Os técnicos brilhantes da previdência social são subordinados a questões políticas. O governo usa o argumento falacioso do déficit, mas na verdade possui 152 bilhões de reais em caixa. Eles usam apenas as folhas de salários para falar de déficit, tudo isso para se alcançar uma aposentadoria. Onde é que estão as cobranças dos grandes devedores como a renúncia dos clubes de futebol profissional? Essa Reforma da Previdência é o enriquecimento ilícito do Estado. O dirigente sindical precisa, na base, multiplicar todas as coisas desagradáveis sobre a Reforma Previdenciária. Precisamos de garra, luta, força e determinação para pressionar o parlamentar no seu Estado para que na hora que ele for votar o projeto no Congresso, ele se lembre do maleficio que estará fazendo à população brasileira.

Dirigentes sindicais lutam contra a Reforma Previdenciária

Maria Bernadete Lieuthier, Diretora de Políticas para Mulheres da CNTC

Vilson Antônio Romero, Presidente da Anfip

Dirigentes sindicais e o presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto (centro)

Professor Wagner Balera destaca ações contra a Reforma Previdenciária

Especialistas debatem impactos da Reforma da Previdência

Vicente da Silva, 1º Vice-Presidente da CNTC

Flávia Biroli, Professora da Universidade de Brasília

Theodoro Vicente Agostinho, Conselheiro do CARF

Senador Paulo Paim e o Presidente Levi Fernandes Pinto

CNTC é eleita para compor a Coordenação Colegiada do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC foi eleita no dia 02 de fevereiro para compor a Coordenação Colegiada do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS).

O fórum é composto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e por representantes de 29 entidades e foi instituído no dia 24 de janeiro por meio da Carta em Defesa dos Direitos Sociais.

A primeira reunião deliberativa do fórum foi realizada na Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), e definiu ainda seu regimento e sua organização interna. Além disso, por unanimidade, os membros que fazem parte do FIDS decidiram pedir a retirada de tramitação do PL nº 6787/2016, que trata da reforma trabalhista.

Fotos: MPT

Fórum é composto pelo MPT e por representantes de 29 entidades

Para o diretor secretário-geral da CNTC, Lourival Figueiredo Melo, a participação da CNTC na composição do fórum mostra a força da Entidade na atuação dentro do Congresso Nacional contra as propostas que atingem diretamente os direitos dos trabalhadores.

“Estamos vivendo um momento de forte pressão para aprovação de medidas inconstitucionais que significam um enorme retrocesso aos direitos dos trabalhadores. A participação da CNTC será ativa na busca pela garantia da qualidade de vida do trabalhador. Não admitiremos retroceder e colocar em risco a vida de milhões de pessoas em todo o país”, afirmou o representante da CNTC.

Conforme estudo realizado pelo MPT, as mudanças na legislação trabalhista propostas pelo governo federal contrariam convenções internacionais firmadas pelo Brasil tais como a que prevê a ampla discussão de medidas que afetam a sociedade. “O nosso objetivo é abrir a discussão para que esses pontos relevantes sejam previamente debatidos com a sociedade. Não queremos que os trabalhadores sejam afetados em um momento tão crítico quanto esse”, afirmou o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury.

O PGT destacou ainda a repercussão gerada com a criação do fórum e reforçou a importância do compromisso assumido pelas entidades. Segundo Fleury, todas as discussões relativas às reformas trabalhista e previdenciária entre entidades e governo federal deverão ser feitas com a participação do fórum.

O FIDS definiu ainda seu regimento e sua organização interna e discutiu o calendário de mobilização. A coordenação colegiada terá 16 integrantes e irá propor a agenda de trabalho do fórum e tomar decisões políticas, operacionais e administrativas. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) será responsável pela secretaria-executiva, que organizará as atividades da plenária e da coordenação colegiada. O fórum terá reuniões ordinárias uma vez por semestre e extraordinárias sempre que for necessário.

Com informações do MPT

NOTA

Nota de Repúdio à aprovação do PL. 4302/1998 - Contrato de Trabalho Temporário e Terceirização Plena

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (**CNTC**), entidade representativa de cerca de 12 milhões de trabalhadores no comércio e de serviços, considera **um grave retrocesso** o conteúdo do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, aprovado pela Câmara dos Deputados, que pretende transformar o contrato de trabalho temporário em permanente com a eliminação do caráter "extraordinário" dessa modalidade, ampliando o prazo de 90 dias para até 270 dias, e com possibilidade da terceirização plena (terceirização da atividade-fim).

Com essas duas alterações haverá precarização dos direitos trabalhistas por não garantir a igualdade de direitos sociais aos trabalhadores terceirizados e temporários com os empregados que exercem as mesmas atividades da empresa tomadora de serviços, produzindo retrocesso social.

Por meio da terceirização ilimitada ocorrerá a intermediação de mão de obra descontrolada com possibilidade da quarteirização e pejotização da mão de obra, em total desrespeito aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e à cidadania.

Não pode o sistema CNTC concordar com a disponibilização de direitos indisponíveis da categoria (como as normas relativas à higiene, saúde e segurança no trabalho e outras relacionadas à própria dignidade humana do empregado), contrariando a natureza e os fundamentos do Direito do Trabalho.

Assim, a CNTC manifesta seu **repúdio** pela aprovação do **Projeto de Lei 4302 de 1998**, por entender que é essencial a vedação de terceirização na atividade econômica desenvolvida pela empresa contratante, pois do contrário, haverá a multiplicação de "empresas sem empregados", resultando em situação de retirada de garantias dos direitos sociais pois a proposta não garante a igualdade de direitos entre o trabalhador da empresa tomadora e da empresa terceirizada e ao trabalhador temporário que exerçam as mesmas funções.

Confia no espírito democrático de sua Excelência o presidente da República, Dr. Michel Temer, como constitucionalista que é e respeitador dos direitos insculpidos na nossa Carta Cidadã, no sentido de promover **o veto total ao Projeto de Lei 4302 de 1998**.

Foto: Fotolia.com

NOTÍCIAS

CNTC se reúne com relator da Reforma Trabalhista

Fotos: Arquivo CNTC

Levi Fernandes Pinto, deputado Rogério Marinho e Lourival Figueiredo Melo

O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto e o diretor secretário-geral, Lourival Figueiredo Melo, se reuniram, no dia 15 de fevereiro, com o relator da Reforma Trabalhista na comissão especial da Câmara, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN).

No encontro, os representantes da CNTC entregaram ao deputado um documento com sugestões de aprimoramento de pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de leis esparsas.

Além disso, os diretores da CNTC falaram sobre a preocupação com o texto da Reforma Trabalhista, os impactos na vida do trabalhador e a importância de um debate mais aprofundado com os representantes dos trabalhadores antes da votação de qualquer proposta.

"Nossa maior preocupação é a aprovação de um texto que passe por cima de direitos constitucionais, é a vida do trabalhador que está em risco. Jornadas extensas, diminuição de intervalos e aumento do tempo do contrato de trabalho temporário são questões extremamente preocupantes, sobretudo ao trabalhador no comércio, por exemplo, que trabalha todos os dias da semana e que já sofre com a alta rotatividade do mercado de trabalho", afirmou o presidente da CNTC.

Lourival Figueiredo Melo ressaltou a importância de se estabelecer um diálogo com os representantes de trabalhadores junto à comissão que analisa a Reforma Trabalhista.

"É fundamental que o trabalhador seja ouvido, que a gente traga para vocês os aspectos que precarizam a vida de milhões de pessoas em todo o país. Acordos e convenções coletivas se sobressaem como instrumentos de expansão de direitos e não o contrário, o trabalhador em qualquer mesa de discussão é sempre o lado mais fraco", afirmou o diretor secretário da CNTC.

O deputado Rogério Marinho agradeceu a atuação da CNTC e garantiu que apresentará um plano de trabalho no qual serão ouvidas entidades sindicais, empresários, governo, Justiça do Trabalho e especialistas no tema.

"Vamos discutir ponto a ponto do texto e precisamos do auxílio de todos os setores. De qualquer forma, posso garantir que não iremos aceitar qualquer retrocesso nos direitos já garantidos aos trabalhadores. Nós queremos mais segurança jurídica", afirmou o relator.

Manifesto da CNTC contra o projeto da Reforma Trabalhista PL 6787/2016

Foto: Fotolia.com

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC, entidade que representa um contingente de mais de 12 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, vem a público manifestar seu repúdio ao Projeto de Lei (PL) 6787/2016, que institui a dita Reforma Trabalhista, e, entre outros pontos, permite a sobreposição do negociado sobre o legislado. A matéria foi enviada ao Poder Legislativo na antevéspera das festas de fim de ano, longe dos olhos da sociedade e com o recesso legislativo já em curso.

Tal proposta de reforma atende somente aos interesses do patronato, que mais uma vez se aproveitará dos incentivos governamentais para elevar a margem de lucro, sem que haja a prestação de contrapartidas quanto à contratação de mão-de-obra ou investimento em qualificação profissional. Essa história já nos é conhecida desde a implantação da política das desonerações da folha de pagamento, colocada em curso nos governos anteriores.

Como se sabe, no mundo do trabalho a correlação de forças é uma tensão distribuída de maneira desigual, tendo em vista que o empregador, por ser o detentor do capital, tem poder para coagir seus empregados, no sentido de fazer valer sua vontade como administrador e superior hierárquico. É justamente por isso que o trabalhador possui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que nada mais é do que a reunião de garantias mínimas para segurança jurídica e proteção do empregado.

Acordos e convenções coletivas se sobressaem como instrumentos de expansão de direitos e não o contrário. A avidez pela produtividade a qualquer custo é tamanha que, pela proposta, a jornada diária não poderá superar as 12h, e o limite semanal pode chegar a 48h, incluídas horas extras. Além disso, o intervalo intrajornada poderá ser reduzido a 30 minutos. Jornadas extenuantes com intervalos exíguos: certamente o INSS terá muita demanda.

É verdade que o projeto propõe vantagens compensatórias para cada benefício legal flexibilizado. Acontece que vantagens compensatórias não substituem a saúde do trabalhador, tampouco momentos de convívio familiar e comunitário. Trabalho saudável é aquele que dá oportunidades a uma vida melhor e não reduz o empregado ao seu emprego.

Os únicos pressupostos constitucionais protegidos pelo projeto em caso de flexibilização de normas referentes a salário e jornada de trabalho são os que dizem respeito à irredutibilidade do salário, jornada de trabalho de 8h diárias ou 44h semanais e jornada de 6h para trabalhos ininterruptos. Com isso ficam desprotegidos direitos como: aviso prévio, 13º salário, repouso semanal remunerado, licença gestante, licença paternidade, estabilidade para aposentadoria, entre outros.

O governo, seus defensores no Congresso e os grandes veículos de comunicação estão empenhados em propagar a ideia de que a CLT, por estar em vigência desde 1943, se tornou um instrumento ultrapassado e distante da realidade do país. Isso não é verdade! A CLT, apesar de ser um Decreto-Lei possui a mesma validade jurídica das leis ordinárias e desde então vem sendo modificada pelo Congresso Nacional, de modo que pouco restou dos dispositivos getulistas de 1943. A Constituição Americana é do século XVIII e até hoje sofreu bem menos emendas do que nossa Carta de 1988.

É possível colocar o país novamente nos trilhos do progresso sem que isso custe a saúde e o bem-estar da classe trabalhadora. Pouco adiantará atender aos desejos do patronato, sem que haja a prestação de contrapartidas no sentido de diminuir o duro número de 12 milhões de desempregados. Combater a corrupção e a dilapidação do patrimônio público em proveito a interesse privado deve ser o objetivo do governo atual e os futuros. Aconselhável também que se promova a excelência na gestão pública com corte de cargos comissionados para acomodar os apadrinhamentos políticos sem nenhum comprometimento com o bem coletivo, e por fim se torna necessária a reforma tributária para buscar a simplificação do sistema e promova a desoneração de investimentos e alcance o desenvolvimento do Brasil.

Trabalhador não é mercadoria! Basta de precarização!

Levi Fernandes Pinto
Presidente da CNTC

Deputado André Figueiredo discute com diretoria da CNTC emendas que serão apresentadas às Reformas Trabalhista e Previdenciária

Fotos: Arquivo CNTC

(Da esq. para a dir.) Deputado André Figueiredo, Lourival Figueiredo Melo, Levi Fernandes Pinto e Sheila Tussi Cunha Barbosa

O deputado federal André Figueiredo (PDT-CE) recebeu, no dia 15 de fevereiro, o presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto e o diretor secretário-geral, Lourival Figueiredo Melo.

No encontro, o parlamentar e os representantes da CNTC discutiram algumas emendas sugeridas pela Entidade que serão apresentadas às comissões especiais da Câmara que discutirão as Reformas Trabalhista e Previdenciária.

André Figeiredo, que é também presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, demonstrou grande preocupação com os textos das Reformas e agradeceu a atuação da CNTC junto ao Congresso Nacional contra as propostas que colocam em risco os diretos dos trabalhadores.

Para o parlamentar, é fundamental a mobilização da população nas ruas contra as propostas e a pressão junto aos deputados e senadores em seus Estados para que não ocorram perdas irreparáveis à vida do trabalhador.

> "Atuaremos incansavelmente aqui dentro do Congresso Nacional, mas não será possível qualquer ganho sem a presença da população nas ruas e uma forte mobilização em todo o país. As pessoas precisam ter consciência da gravidade de alguns pontos dos textos das reformas", afirmou André Figueiredo.

O presidente da CNTC ressaltou pontos das duas reformas que trazem grande impacto aos trabalhadores, sobretudo à categoria comerciária.

"Aumento da jornada de trabalho e diminuição dos intervalos só trazem malefícios ao trabalhador. São milhões de pessoas que enfrentam diariamente o pior da crise, com demissões, precarização do emprego, jornadas exaustivas, perda de direitos e de garantias constitucionais. Não podemos aceitar que as propostas sejam aprovadas sem um debate amplo e profundo", afirmou Levi Fernandes Pinto.

Lourival Figueiredo Melo completou, "Na Reforma Trabalhista, por exemplo, ficam desprotegidos direitos como: aviso prévio, 13º salário, repouso semanal remunerado, licença gestante, licença paternidade, estabilidade para aposentadoria, entre outros. O impacto na vida do trabalhador é muito grande".

O deputado André Figueiredo agradeceu a atuação da CNTC e a contribuição com as emendas sugeridas. "Apresentaremos as emendas essa semana e queremos que a CNTC faça parte dos debates das duas reformas. O trabalhador precisa ser escutado aqui dentro do Congresso", afirmou.

Conscientização e educação são essenciais no combate à violência contra as mulheres

Fotos: Arquivo CNTC

Primeira mulher juíza do RS, Maria Berenice Dias, destaca ações para as mulheres frentistas

O III Seminário Nacional das Dirigentes Sindicais dos Empregados em Postos de Combustíveis foi marcado pela emoção. Os sindicalistas destacaram a luta das mulheres pela igualdade de direitos e o aumento da participação feminina no movimento sindical.

Do Norte ao Sul do país, as trabalhadoras de postos de combustíveis e lojas de conveniência estão unidas. A presença de diretoras de vários sindicatos da categoria na abertura do III Seminário Nacional das Dirigentes Sindicais dos Empregados em Postos de Combustíveis, no dia 7 de março, mostrou a determinação das mulheres em abraçar a luta do movimento sindical. O evento que teve continuidade na quarta-feira (8), Dia Internacional da Mulher, aconteceu na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, em Brasília.

O assassinato da frentista Aline Cristina das Neves, no mês de fevereiro, em Jundiaí, São Paulo, foi repudiado pela secretária da mulher da Federação Nacional dos Frentistas (FENEPOSPETRO), Telma Cardia. Ao falar do crime, Telma se emocionou e disse ser repugnante um homem passar com o carro em cima do corpo da mulher cinco vezes.

A secretária da mulher da Federação também cobrou das trabalhadoras de postos de combustíveis uma participação efetiva no movimento sindical. Ela citou como exemplo, o movimento das mulheres dos policiais no Estado do Espírito Santo que bloquearam os quartéis para exigir aumento salarial para os maridos. "Se pudéssemos ter consciência do quanto nossa vida é passageira, talvez pensássemos duas vezes antes de jogar fora as oportunidades de ser e de fazer outra pessoa feliz".

Secretária da Mulher da Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo (FEPOSPETRO), Sueli Camargo, expôs que a relação das funcionárias do posto com o benzeno é muito complicada, já que são obrigadas a manusear produtos tóxicos e inflamáveis, inclusive quando estão grávidas. Ela também cobrou das mulheres mais empenho e participação no movimento sindical e pediu que as diretoras dos sindicatos levem adiante todo o aprendizado do seminário. Sueli Camargo cobrou das dirigentes comprometimento na luta contra a Reforma da Previdência, que será prejudicial, principalmente, para a mulher. "Precisamos nos esforçar para mudar o mundo dando o nosso melhor. O empoderamento acontece quando somos líderes de nós mesmas".

Presidente da FENEPOSPETRO, Eusébio Pinto Neto

Lourival Figueiredo Melo, Diretor Secretário da CNTC

VIOLÊNCIA

A gente é o que a gente quer ser. Ao falar da sua trajetória de luta para vencer o preconceito na profissão, a desembargadora Maria Berenice Dias, primeira mulher juíza no Estado do Rio Grande do Sul, disse que encontrou dificuldades para entrar na magistratura. A desembargadora criticou a educação machista que tenta moldar a mulher e transformá-la numa boneca. Ela chamou a atenção para a influência negativa dessa cultura na sociedade.

A mulher não é um objeto, não é uma boneca, não pode ser tratada como posse. Esse entendimento abre espaço para a agressão, a violência psicológica e os maus tratos.

Segundo ela, por causa da educação machista recebida da própria mãe, a mulher se sente culpada e acha normal quando é vítima de violência.

Nós precisamos qualificar os profissionais que atendem as mulheres nas delegacias e na justiça.

A magistrada revelou que ao contrário do que se pensa, a violência contra mulher não diminuiu. A conscientização faz com que as mulheres, hoje, tenham coragem para denunciar os casos de agressão, por isso a cada dia as estatísticas aumentam.

FORÇA

O I Seminário das dirigentes frentistas, realizado, em São Paulo, em 2015, contou com a presença de 15 mulheres. O trabalho de conscientização realizado pela Secretaria da Mulher da FENEPOSPETRO mudou essa realidade. Hoje, quatro Sindicatos dos Frentistas no país são presididos por mulheres, o número de diretoras nas entidades também aumentou. O seminário derrubou o conservadorismo e aproximou a mulher do movimento sindical.

Fonte: FENEPOSPETRO

Os impactos das reformas da previdência e trabalhista foram temas do curso de formação sindical Fecosul

A Fecosul promoveu, nos dias 19, 20, 21 e 22 de fevereiro, no Hotel Sesc Porto Alegre, um curso de formação sindical para dirigentes comerciários. Durante os quatros dias os dirigentes puderam aprender mais sobre conjuntura política e econômica, história e comunicação. A atividade foi uma promoção da Fecosul em parceria com CES e CNTC.

No terceiro dia de curso as reformas da previdência e trabalhista foram os temas abordados. Os painelistas convidados foram o presidente Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região – AMATRA, juiz Rodrigo Trindade, e o advogado especialista em previdência, Daisson Portanova.

O presidente da Fecosul, Guiomar Vidor, fez a abertura dos trabalhos destacando a importância dos dirigentes estarem preparados para enfrentar a ofensiva neoliberal que ocorre no país. "Para os sindicalistas, preparação sindical e maior conhecimento no que acontece no nosso país e estado beneficiam também trabalhadores, que terão pessoas competentes e conscientes nas grandes lutas. Principalmente neste momento onde uma grande ofensiva neoliberal tenta retirar direitos conquistados pelos trabalhadores", disse Vidor.

O primeiro painelista, dr. Daisson Portonova, tratou da Reforma da Previdência e os impactos na vida dos trabalhadores. Portanova iniciou sua exposição explicando porque o governo diz que a Previdência não é superavitária. "A grave crise fiscal nada tem a haver com a Previdência Social. O financiamento da Seguridade Social é superavitário sim, e eles dizem que ela não é porque por trás existe a crise fiscal, gerada pela benevolência para grandes empresários. O governo permite aos sonegadores parcelar ou até não pagar a dívida, se fazer desoneração de folha de contribuições sociais, entre outras e aí se vive uma crise fiscal, que gera a crise econômica. Só que isso não é culpa do trabalhador, o trabalhador está produzindo, está contribuindo regiamente com seu salário, que muitas vezes o empregador se apropria sem repassar para o sistema previdenciário".

> "Existe um amplo movimento de destruição de estado, do estado que promove a dignidade do trabalhador e ele não é isolado da Reforma Trabalhista. Ele é um movimento inteligente e concatenado, que envolve Reforma Trabalhista, Reforma Previdenciária e ampliações das terceirizações no Brasil"
> Rodrigo Trindade

Fotos: Fecosul

Presidente da Fecosul, Guiomar Vidor, destacou a importância da luta dos comerciários para enfrentar a ofensiva neoliberal que ocorre no país

Portanova também destacou que com aumento da idade de contribuição, vão diminuir os postos de trabalho e dificultar o acesso dos mais novos ao mercado, gerando desemprego e redução das contribuições. "A sequência destas ações irá fazer a economia se retrair mais em vez de sair da crise. Então é extremamente infundada o que governo quer fazer. Além disso, cada vez que o governo quer estimular o emprego, ele concede benefícios a empresas que depositam menos PIS, Cofins e outras fontes que deveriam abastecer a Previdência. Isso, demonstra que somente os trabalhadores irão pagar por uma crise que não é econômica e sim estrutural", apontou.

O advogado ainda fez uma explanação sobre as modificações que sofrerá a aposentadoria especial, por invalidez, as pensões e a situação dos trabalhadores rurais, mostrando que todos os trabalhadores irão sofrer muito para obter os benefícios.

Outra reforma pretendida pelo governo de Michel Temer que é extremamente perigosa para os trabalhadores é a reforma trabalhista, assunto debatido pelo presidente da AMATRA, juiz Rodrigo Trindade.

Para Trindade a Reforma proposta busca desqualificar as leis do trabalho e o trabalhador. "Existe um amplo movimento de destruição de estado, do estado que promove a dignidade do trabalhador e ele não é isolado da Reforma Trabalhista. Ele é um movimento inteligente e concatenado, que envolve Reforma Trabalhista, Reforma Previdenciária e ampliações das terceirizações no Brasil", abrangeu.

A precarização da atuação dos Sindicatos com o negociado sobre o legislado, previsto na reforma, também foi abordado por Trindade. "A base da negociação é poder negociar de igual para igual; e não é segredo que trabalhadores não têm a mesma capacidade de fogo que empresários. Sem meias palavras e de forma muito simples: em tempos de crise, negociar é simplesmente retirar direitos e piorar condições de vida de assalariados", o juiz finalizou dizendo que matar o trabalho é matar a nação.

Após exposições, um intenso debate sobre os temas foi iniciado. Os dirigentes puderam questionar os palestrantes sobre questões que envolvem o conjunto de maldades proposto pelo governo.

Fonte: Assessoria de Imprensa Fecosul.

Proposta de Reforma Trabalhista ou Retrocesso

Algumas considerações sobre a proposta de Reforma Trabalhista apresentada pelo governo e encaminhada ao Congresso Nacional.

Sempre, em tempos de crise econômica, política e social, as "artilharias" neoliberais se voltam para as legislações trabalhistas, sindicais e previdenciárias como se tais fossem as "culpadas" pelos desmandos governamentais. É o caso.

Todavia, ao meu ver, as mais importantes, e necessárias reformas, seriam as tributárias e fiscais, notadamente frente as elevadas alíquotas tarifárias e exagerados impostos que, estes sim, imperram o pleno emprego e o desenvolvimento econômico do nosso País.

É certo que existem pontos positivos e negativos.

Efetivamente se impõem ajustes e modernizações na atual legislação, visto que temos, aproximadamente, 12 milhões de desempregados formais e, outros, 12 milhões de empregados terceirizados, em regime de sub-emprego.

Se faz necessário regulamentar a terceirização da mão-de-obra, para impulsionar as linhas de produção e de serviços, mas, tão somente, com relação as atividades-meio, impondo-se preservar as atividades fins como baluarte das relações entre o capital e o trabalho, sob pena de se descaraquetizar toda a legislação laboral brasileira.

Outros exemplos que se impõem é, também, regularizar o tele-trabalho, ou home office, intervalos intra-jornada e fracionamento de férias em, no máximo, dois períodos de 15 dias cada.

A "modernização" da CLT, impõe a necessidade de alterar alguns pontos específicos da legislação trabalhista, notadamente, expurgando, normas e preceitos específicos, tais como aquelas atinentes as atividades dos bancários, serviços de telefonia e radiofonia, operadores cinematográficos, motoristas profissionais, ferroviários, marinheiros, em frigoríficos, estiva, minas de subsolo, jornalistas, professores e de químicos que, ao meu ver, devem ser regidas por legislação própria e autonoma, e não meros artigos consolidados.

Num mundo globalizado não se justifica restringir, em um terço como é hoje, a proporcionalidade de empregados brasileiros e estrangeiros.

Outrossim a mantença de todo o procedimento fiscal e tributário, e de multas administrativas em favor do Ministério do Trabalho, igualmente, poderá ser objeto de uma legislação em separado, "enxugando-se" a CLT somente para as normais gerais.

Nossa legislação trabalhista sempre se manteve atualizada, eis que se trata de uma consolidação de leis, e não um código rígido, basta verificar quantas alterações já foram efetuadas nos últimos 55 anos de sua existência, está sempre em movimento...

Alguns pontos devem e merecem ser alterados, como por exemplo, se faz necessário regulamentar a terceirização das atividades-meio, o tele-trabalho e a flexibilização dos horários e das jornadas de trabalho, respeitadas as 44 horas semanais, além de permitir a utilização de escalas de serviço no regime de 12 X 36 horas dependendo de cada atividade desenvolvida.

Ainda apresentam a necessidade da reforma previdenciária, todavia voltada, quase que exclusivamente, as aposentadorias e pensões privadas, estas limitadas ao teto de 6 salários mínimos, quando, é certo, que a "sangria" vem do setor público, com exageradas aposentadorias e pensões que, inclusive, extrapolam, em muito, até mesmo o teto constitucional. Na minha opinião a limitação, para todos, em 10 ou 15 salários mínimos, permitirá satisfatórias condições de vida e dignidade humana.

A Justiça de Trabalho existe como derivada da necessidade para manter o equilíbrio das relações laborais", e assim deve continuar.

Em tempos de crises, como as atuais, se cogitam em procurar enfraquecê-la, reduzi-la e, até mesmo em extinguí-la, como se esta fosse a causa impeditiva da denominada "livre produção"..., o que permitiria a implementação dos sub-empregos, menores salários, etc., razão pela qual defendo uma urgente reforma fiscal e tributária.

Cumpre ressaltar que, atualmente, a maior arrecadação tributária da união Federal (INSS, IR, dentre outros), advém do Judiciário Trabalista.

A proposta de implementação da prevalência das negociações coletivas se sobrepondo à legislação trabalhista, na minha opinião, é a pior parte.

A proposta de se fazer prevalecer o "Negociado sobre o Legislado", sob a falsa premissa de "fortalecer" os sindicatos, se constitui em uma "balela", notadamente em tempos de crise, permitindo-se precarizar, ainda mais, as relações de trabalho, como, por exemplo, já temos o fatídico "Banco de Horas"; o PPE – Plano de Proteção ao Pleno Emprego que, na verdade veio por facultar o Pleno Desemprego...

A reforma não pode tirar a importância da Justiça do Trabalho...eis que alegam que a Justiça do Trabalho é o "patinho feio", ou amarelo, que "impede" a implementação de medidas que permitam flexibilização, a precarização, a livre produção, a subcontratação e, até mesmo, a utilização da mão-de-obra em condições análogas a do trabalho escravo...

Não é isso que queremos..., todos os segmentos especializados, advogados trabalhistas, magistrados, procuradores, agentes sociais, etc, são unanimes na manutenção da JT e no aprimoramento da legsislação laboral.

Efetivamente categorias de trabalhadores menos organizadas, como empregadas domésticas, por exemplo, podem ser prejudicadas com a reforma, uma feita que categorias, e os sindicatos, mais frágeis, serão altamente penalizados em face do seu menor poder negocial, permitindo, ou até "concordando" com a flexibilização e a precarização das condições de trabalho e de remuneração, notadamente sobre a eterna ameaça do desemprego elevado.

A maior preocupação é com a proposta de terceirização da atividade-fim que, se implementada, culminará no abrupto enfraquecimento e, até na extinção de diversas categorias profissionais e econômicas, propiciando ao verdadeiro desmonte da legislação trabalhista e sindical brasileiras.

Por Hildebrando Barbosa de Carvalho
Assessor Jurídico da FENAVENPRO

**Todos os artigos publicados no Jornal da CNTC são de inteira responsabilidade do autor.*

Antônio Cedraz é o novo presidente do SECOFS

A chapa única, Avante Comerciários, encabeçada por Antônio Tadeu Soares Cedraz, venceu as eleições para a Diretoria do Sindicato dos Empregados do Comércio de Feira de Santana (SECOFS), realizada nos dias 04, 05 e 06 de janeiro de 2017, para o quinquênio 2017/2022. Foram três dias de votação, com duas urnas fixas localizadas na sede do SECOFS e três urnas itinerantes que tiveram o objetivo de atender aos associados que não puderam se deslocar à sede do sindicato. Segundo a Ata de Apuração, a chapa Avante Comerciários conquistou 821 votos válidos, ficando apenas sete nulos e quatro em brancos.

Fotos: Fecombase

Nova diretoria foi eleita para o quinquênio 2017/2022

Logo após a proclamação do resultado, o novo Presidente eleito do SECOFS, Antônio Cedraz, que é funcionário da EBAL (Cesta do Povo) há 34 anos, agradeceu a confiança depositada pelos comerciários, "Foi uma votação esplêndida com apenas sete votos nulos e quatro em branco. Agradeço a todos os comerciários que reconheceram a nossa história de luta no movimento sindical". Cedraz destacou, também, o comprometimento com a categoria, "Iremos fortalecer a nossa instituição atraindo mais comerciários com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de cada um deles, vamos ampliar e organizar as campanhas para crescer cada vez mais as conquistas", afirmou. O presidente eleito reforçou a sua admiração por Délcio Mendes, atual presidente do SECOFS, "Iremos usufruir da experiência que Sr. Délcio acumulou durante esses anos na frente do sindicato, pois ele sempre vestiu a camisa nos direitos dos comerciários não só de Feira de Santana, mas de todo o país. Ele além de ser um exemplo de bom sindicalista, é exemplo de um excelente cidadão." concluiu.

O atual presidente, Délcio Mendes, falou do orgulho de fazer parte dessa entidade que atua em prol nos direitos dos comerciários de Feira de Santana há 44 anos de existência. "Fico muito feliz em olhar pra trás e ver tudo que conquistamos nesses anos. Tudo o que conseguimos foi através de um trabalho árduo e de confiança, com o intuito de apoiar a nossa categoria". Délcio destacou também a importância do trabalho feito pelo Presidente eleito, Antônio Cedraz, "O companheiro Cedraz vem junto na caminhada conosco, no qual ele sempre demonstrou o zelo, o compromisso e a dedicação pelo sindicato ao longo desses anos e tenho certeza que ele vai cumprir fielmente um bom trabalho com a intenção de melhorar a cada dia a vida dos comerciários de Feira de Santana", concluiu.

Associada há mais de 30 anos no SECOFS, a comerciária Euridez Pereira se diz confiante na nova gestão e espera que o novo Presidente possa dar continuidade ao trabalho feito por Délcio Mendes ao longo desses anos, "Com esse tempo de associada, vi o sindicato evoluir não só na parte estrutural, mas com médicos, dentistas, advogados e a nossa área de lazer de todos os finais de semanas, que é o clube ", afirma. Já o comerciário Marciano Luzanete destacou a importância das novas tecnologias para o sindicato evoluir gradativamente, "Espero que o sindicato continue com o bom trabalho que vem sendo realizado e que o mesmo acompanhe a inovação dos sistemas, pois a cada dia que passa a tecnologia vai avançando e estão fazendo parte do nosso cotidiano", concluiu.

Fonte: Raphaella Machado – Assessoria de Comunicação FECOMBASE

REDUÇÃO DO TEMPO DE DESCANSO

O intervalo intrajornada poderá ser reduzido a 30 minutos. Longas jornadas de trabalho com diminuição dos intervalos irão gerar mais acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

AMPLIAÇÃO DO TEMPO DE CONTRATO TEMPORÁRIO

O contrato de trabalho temporário poderá durar até 240 dias (120 iniciais + 120 prorrogáveis), ou seja, o contrato temporário virará permanente. Por ser um contrato com término previsto, não dá ao trabalhador os direitos de aviso prévio, multa de 40% do FGTS e seguro-desemprego.

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES NO LOCAL DE TRABALHO

A proposta invade a competência dos sindicatos e possibilita que a escolha do representante seja feita pela empresa, sem qualquer legitimidade na eleição ou transparência.

PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Ficam desprotegidos direitos trabalhistas como: aviso prévio, 13º salário, repouso semanal remunerado, licença gestante, licença paternidade, estabilidade para aposentadoria, adicional de insalubridade ou periculosidade, entre outros.

FAÇA A SUA PARTE! COBRE DOS PARLAMENTARES DO SEU ESTADO E AJUDE A IMPEDIR QUE ESSA PROPOSTA SEJA APROVADA PELO CONGRESSO NACIONAL.

É POSSÍVEL COLOCAR O PAÍS NOVAMENTE NOS TRILHOS DO PROGRESSO SEM QUE ISSO CUSTE A SAÚDE E O BEM-ESTAR DA CLASSE TRABALHADORA. COMBATER A CORRUPÇÃO E A DILAPIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DEVE SER O OBJETIVO DO GOVERNO. TRABALHADOR NÃO É MERCADORIA! BASTA DE PRECARIZAÇÃO!

#nenhumdireitoamenos

www.cntc.org.br

CNTC
Somos todos nós

70 anos CNTC 1946 - 2016